

**O QUE DIZ O RELATÓRIO “INFÂNCIA E PANDEMIA: REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE – PRIMEIRAS ANÁLISES<sup>1</sup>”**

Termisia Luiza Rocha<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo pretendeu estudar e expor dados dispostos no Relatório “Infância e Pandemia na região metropolitana de Belo Horizonte: primeiras análises” que é um documento descritivo e analítico oriundo de uma pesquisa feita na capital mineira com o objetivo de tornar público parte do processo de escuta de crianças acerca das suas impressões sobre o ensino remoto durante a pandemia. Foi feita uma leitura do aludido documento e registramos pontos principais deste trabalho que teve como conclusão a elaboração de recomendações ao Poder Público e à sociedade, decorrentes das primeiras análises, que evidenciaram dados relevantes para o conhecimento da realidade das crianças no contexto da Pandemia de Covid-19. Ressaltamos que as conclusões e recomendações tem em seu escopo a perspectiva de difundir informações construídas com as crianças e, assim, contribuir para o fortalecimento e construção de ações que garantam o acesso a seus direitos, especialmente ao de participação nas ações que a elas se referem e sua prioridade de consideração diante de situações de perigo. Julgamos além de pertinente, urgente que dados e pesquisas como estas sejam amplamente difundidas e expandidas de forma geral, logrando com isso, contrapor as dificuldades de cunho escolar, que sem dúvida permanecerão após a pandemia.

**Palavras-chave:** Infância, Pandemia, Divulgação, Recomendações.

**ABSTRACT**

This article intended to study and expose data provided in the Report “Childhood and Pandemic in the metropolitan region of Belo Horizonte: first analyzes”, which is a descriptive and analytical document from a survey conducted in the capital of Minas Gerais with the aim of making public part of the listening process children about their impressions of remote education during the pandemic. A reading of the mentioned document was made and we recorded the main points of this work, which concluded with the elaboration of recommendations to the Public Power and to society, resulting from the first analyzes, which showed relevant data for the knowledge of the reality of children in the context of the Covid Pandemic -19. We emphasize that the conclusions and recommendations have in their scope the perspective of disseminating information constructed with children and, thus, contributing to the strengthening and construction of actions that guarantee access to their rights, especially that of participation in the actions that refer to them. and its priority of consideration in the face of dangerous situations. We believe that it is also pertinent, urgent that data and research such as these are widely disseminated and expanded in general, thus managing to counter school difficulties, which will undoubtedly remain after the pandemic.

---

<sup>1</sup> Relatório disponível em <https://www.infanciaemtemposdepandemia.com.br/publicacoes/>

<sup>2</sup> Professora da Unifucamp – Universidade Mário Palmério; Servidora pública da Secretaria de Estado de Educação do Estado de MG. Email: termisia1@gmail.com.

**Keywords:** Childhood, Pandemic, Disclosure, Recommendations.

## **INTRODUÇÃO**

No Brasil, o marco das conquistas sobre os direitos das crianças foi a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996).

Soares (2006), ao discutir sobre os direitos de participação das crianças, aponta que:

Uma questão social, política e científica. Ou seja, nesta 2ª modernidade, pensar nas crianças, pensar na infância, é pensar também num grupo social, com um conjunto de direitos reconhecidos no campo dos princípios, apesar de sua escassa aplicabilidade nos cotidianos infantis de muitas crianças, para as quais o desenvolvimento de esforços, que assegurem a sua participação é essencial, uma vez que a participação infantil é uma ferramenta indiscutível para fugir ou lutar contra os ciclos de exclusão. (SOARES, 2006, p.27).

De acordo com a autora, torna-se necessário ressignificar a educação. Assegurar o direito da criança é responsabilidade de toda sociedade no sentido de proporcionar momentos de interação com diferentes grupos de crianças e adultos que as auxiliem a se desenvolver da melhor maneira possível, que respeitem suas preferências e a sua autonomia. Logo, a presença em escolas e ambientes considerados adequados deve ser uma preocupação constante de toda comunidade.

Este artigo buscou corroborar com a difusão dos dados obtidos na pesquisa que foi objeto de estudo do aludido relatório “Infâncias em tempos de Pandemia; experiências das crianças da grande BH”, que por sua vez, intentou compreender as formas pelas quais as crianças vivenciam a pandemia de COVID-19 por meio da análise das experiências e dos sentimentos despertados nestes sujeitos com idade entre 8 a 12 anos que tiveram suas rotinas alteradas nesse contexto.

O objetivo geral do relatório foi compreender como essas crianças vivenciam a pandemia de COVID-19 e os objetivos secundários foram de analisar as rotinas, relações sociais e experiências das crianças; e analisar os relatos das crianças, com foco nas emoções e sentimentos despertados ao longo da pandemia. Pretendeu-se, assim, com estas análises apreender as condições de vida de crianças, especialmente daquelas que se encontram em condições de maior vulnerabilidade social, para as quais a suspensão da frequência às escolas poderia significar queda importante na qualidade de vida, o que inclui a dimensão cultural, a alimentação e a segurança física e emocional.

Como a pesquisa teve como foco nas vivências de crianças na situação emergencial de pandemia de COVID- 19, procurou-se encontrar soluções novas para a construção dos dados.

Como o objeto se constitui de aspectos qualitativos da realidade, ou seja, a compreensão das vivências de crianças de 8 a 12 anos na situação de isolamento social desde março de 2020, mobilizaram-se recursos para acessar e ouvir esses sujeitos a distância.

Na pesquisa, o fato dos sujeitos principais serem crianças, desencadeou a necessidade de autorização e da mediação dos responsáveis. Assim, os mesmos participaram da pesquisa e também se constituíram em sujeitos participantes da investigação. Os adultos foram abordados considerando dois aspectos: o de sua responsabilidade legal pelas crianças; e o de possíveis “apoiadores” das crianças na interpretação das questões do questionário que foi respondido *online*.

A definição da faixa etária (entre 8 e 12 anos) se justificou de acordo com os pesquisadores pelo objetivo de ouvir crianças que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, são os sujeitos de até 12 anos. O limite inferior considerou as possibilidades de responder a um instrumento que exige leitura e escrita, ainda que em alguns casos seja necessária a ajuda de um adulto.

Para os pesquisadores envolvidas, a decisão de realizar a pesquisa foi registrada como a preocupação de jogar luz sobre os pontos de vista e as condições de vida das crianças no contexto de emergência sanitária e social.

## **Metodologia**

Foram utilizadas ferramentas de comunicação a distância, telefone celular, redes sociais e aplicativo de mensagens WhatsApp, por serem recursos largamente utilizados pela população das diferentes camadas sociais. Buscou-se o apoio das secretarias de Educação e de Assistência/Desenvolvimento Social, de professoras(es) das redes públicas e de lideranças de movimentos sociais que pudessem nos colocar em contato com famílias de Belo Horizonte e de 32 municípios da Região Metropolitana de BH: Baldim, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Vespasiano e Taquaraçu de Minas.

A seleção dos participantes, segundo consta, não obedeceu a um critério prévio de representatividade devido à não localização de fontes de contatos telefônicos de forma estratificada, que permitissem o acesso às crianças o mais rápido possível. As famílias e

crianças foram localizadas por meio da técnica “bola de neve”, ou seja, a divulgação é feita para um primeiro grupo de pessoas e se pede que estas pessoas divulguem para outras reforçando também o pedido de que continuem a divulgação.

Contou-se com a colaboração inicial de professores das redes públicas, de gestores e técnicos das Secretarias Municipais de Educação e Desenvolvimento, de organizações da sociedade civil e de lideranças comunitárias que compartilharam o formulário com responsáveis por crianças de 8 a 12 anos de seus círculos de atuação.

Além disso, foi solicitado a todas as pessoas contactadas inicialmente que auxiliassem fazendo indicações de outras, de maneira que entre estas comunidades fosse feita a adesão voluntária. Embora crianças de camadas sociais mais altas da sociedade também tenham sido incluídas por meio dessa técnica, a pesquisa privilegiou o envio do questionário para crianças das redes públicas de ensino e para aquelas cujas famílias fazem parte do círculo de lideranças comunitárias, buscando acessar prioritariamente um público de camada popular.

A compreensão do contexto de vida foi proporcionada pelas questões sobre condições de moradia e acesso a bens e serviços. A partir da análise das respostas a esses itens, constatou-se que a maioria das crianças que responderam se encontram nas camadas médias e populares. Considerando o ineditismo da realidade de isolamento social em decorrência da pandemia, a pesquisa assumiu um caráter exploratório, incluindo questões abertas para favorecer a apreensão de aspectos significativos para os sujeitos.

O questionário teve 21 questões e foi organizado em 3 blocos: 1º bloco – identificação das crianças; 2º bloco – abordagem sobre atividades, preocupações e relações familiares das crianças nesse contexto de pandemia; e 3º bloco - questões abertas para que as crianças pudessem expressar seus sentimentos e emoções.

No final do questionário a criança avaliava o próprio instrumento e lançou-se a pergunta sobre sua disponibilidade para a entrevista. Na última página havia um agradecimento à criança e o aviso da possibilidade de enviar desenhos, áudios ou outros materiais que ela considerasse interessante compartilhar com a equipe. Algumas dessas produções se encontram reproduzidas no relatório como forma de dar visibilidade às expressões dessas crianças sobre suas vivências e reflexões nesse contexto da pandemia.

### **Resultados e Discussão**

No total foram 2021 crianças participantes, 45,5% se concentram em Belo Horizonte, seguida por Lagoa Santa que concentrou 7,5%, Ribeirão das Neves 7,4% e Contagem 6,7%. A alta concentração em Belo Horizonte se relaciona com a quantidade de habitantes da cidade, uma vez que, segundo os dados do IBGE, considerando a população da RMBH estimada em 2019, Belo Horizonte concentrava 42,1% dos habitantes. Portanto, o resultado da pesquisa apresenta, em alguma medida, esta representação proporcional de Belo Horizonte em relação ao conjunto da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Considerando a situação atípica gerada pela pandemia e o limitado acesso à internet, destacou-se o fato de ter tido respostas de crianças de todas as idades. Na variável vulnerabilidade territorial, constatou-se que 55,5% das crianças da pesquisa residem em territórios de baixo risco de vulnerabilidade, 29,2% na categoria de média e 11,1% habitam territórios de alta vulnerabilidade.

As crianças revelaram, em suas falas, capacidade de resistência, consciência de suas condições de vida, dos seus direitos, responsabilidades, dos direitos de suas famílias e do contexto da crise sanitária, social e política que vivemos. Seus pontos de vista genuínos e complexos permitiram afirmar que elas podem e devem falar por si mesmas sobre suas necessidades e demandas e que poderão contribuir muito na construção de caminhos para o enfrentamento da crise sanitária e para retomada das atividades presenciais nas escolas.

Recomendou-se então que as necessárias e urgentes ações do poder público destinadas às crianças levem em consideração os seus pontos de vista. A escuta das crianças pode ser feita por meio de “rodas de conversa”, “assembléias”, “entrevistas individuais” e “fóruns”, mas também a partir da análise sensível das suas diferentes formas de expressão, mediadas pela imaginação: o desenho, a fotografia e o brincar. Os pontos de vista das crianças podem ser objeto de conversas individuais ou em pequenos grupos e podem subsidiar a tomada de decisões. Garantir espaços de participação é reconhecer que as crianças são sujeitos históricos e de direitos.

As crianças, em sua maioria disseram estar cumprindo o isolamento físico. Entretanto, houve um grupo de crianças que disse estar acompanhado familiares ao trabalho ou tem se deslocado para ficar sob a responsabilidade de familiares ou vizinhos. Esse fato ilustrou como as condições em que as crianças da Região Metropolitana de Belo Horizonte vivem a pandemia são diversas e desiguais. A pesquisa revelou, por exemplo, que as crianças que se declararam pretas e pardas são as que menos possuem acesso a recursos digitais (celular, tablet e computador).

O acesso à internet pelas crianças que vivem em regiões de maior risco de vulnerabilidade social também se revelou menor do que para as que vivem em outras regiões da cidade, o que expressa desigualdade de oportunidades. A compreensão dessa pluralidade de infâncias indica a urgência de se considerar os pertencimentos de gênero, sociais e raciais das crianças na avaliação das consequências da pandemia, realizando ações que efetivamente contribuam para mitigar as consequências da situação de crise sanitária sobre as crianças em suas diversidades.

Recomendou-se que as políticas e ações destinadas às crianças considerem suas identidades, seus contextos de vida familiar e comunitária e que sejam formuladas tendo em conta as diversas fragilidades e o precário acesso a bens materiais básicos de parcela expressiva da população infantil.

A crise que vivemos exige conhecimento profundo dos territórios das nossas cidades e dos riscos de vulnerabilidades aos quais as crianças estão submetidas. Tais desafios exigem que políticas se estruturem de forma intersetorial por meio de ações integradas de promoção de direitos baseando-se nas informações e significados das experiências das crianças marcadas pelas desigualdades sociais, territoriais, raciais e de gênero. Sugeriu-se que possam promover, por exemplo: maior articulação da atuação das Unidades Básicas de Saúde com as escolas; levantamento das condições sociais das crianças e das famílias; mapeamento dos equipamentos públicos, organizações da sociedade civil e diferentes atores que compõem a rede de proteção social visando a construção de ações articuladas; realização sistemática de reuniões entre os diferentes setores para discussão de casos e revisão de protocolos.

As experiências das crianças na pandemia foram caracteristicamente distintas entre as que não realizaram atividades escolares e as que o fizeram, através do ensino remoto. Estas últimas fizeram análises consistentes sobre o Ensino Remoto Emergencial – ERE, indicando impactos negativos sobre sua saúde física e mental decorrentes do cansaço, da ausência de interação, do excesso de atividades e das dificuldades de aprendizagem geradas por essa modalidade.

Recomendou-se que durante o ensino remoto, as práticas educacionais levem em consideração as avaliações das crianças sobre essa modalidade emergencial enquanto durar a suspensão das aulas presenciais para a reformulação de conteúdos, recursos, estratégias e tempos na sua realização. A rotinas das atividades não devem reproduzir artificialmente o ambiente escolar, pois essa “transposição” não garante o direito à educação das crianças e tem gerado estresse físico e emocional. Sugerimos que as práticas de interações com as famílias

avaliem as diferentes estratégias de relação criadas no contexto de suspensão das aulas presenciais, bem como criem canais institucionais de participação efetiva das crianças e das famílias no desenvolvimento do projeto político-pedagógico das escolas de modo que faça sentido para as crianças.

Para que isto se efetive, sugerimos, por exemplo, considerar a possibilidade de, no ensino remoto, utilizar outros formatos em que o tempo destinado às aulas possa ser organizado de modo que seja possível às (aos) professoras(es) trabalharem com grupos menores.

Esta estratégia promove, no ambiente virtual, uma interação mais efetiva, permitindo conhecer melhor os processos vivenciados por cada criança e, assim, ajudá-las em suas aprendizagens e nas relações com os colegas.

Isto somente será possível se as (os) professoras(es) tiverem acesso a formação para desenvolverem o trabalho com as crianças por meio de diferentes plataformas digitais e uso de ferramentas da web que qualifiquem o trabalho, tornando as atividades atrativas e instigantes para as crianças. Recomendamos, também, que as políticas públicas assegurem a equidade no acesso a recursos digitais (celular, *tablet* e computador) e acesso à internet de qualidade para crianças e professoras (es).

As crianças explicitaram seus pontos de vista sobre a escola, destacando como suas aprendizagens se relacionam com as ações e interações com as professoras (es) e colegas de turma, mas dependem também da convivência afetiva e lúdica com as outras crianças e profissionais da escola, bem como dos usos de seus diferentes ambientes. A escola afirma-se como espaço social coletivo fundado na riqueza e diversidade das interações que ocorrem entre os sujeitos que a frequentam.

Ao expressarem os sentidos que a escola tem em suas vidas, as crianças apresentaram elementos para o repensar dessa instituição: sua função de aprendizagem dos conteúdos escolares, de apoio às famílias no cuidado e educação e de lugar de sociabilidade e de brincadeiras entre elas e com os adultos. Suas manifestações nos permitem depreender que o retorno presencial à escola será marcado pelas consequências sociais e subjetivas decorrentes da vivência de medos, angústias, ansiedades e privações de diferentes ordens.

Recomendou-se que a escola, como uma instituição central no ordenamento da vida das crianças sob diferentes aspectos, possa se preparar para acolher as crianças com suas necessidades e demandas de forma integral e integrada, com atenção às possíveis repercussões das experiências vividas neste contexto de pandemia.

E que se possa reafirmar que os sentidos da escola para professores, crianças e famílias superem a visão restrita de “transmissão de conteúdos”, expressando uma concepção de currículo e práticas avaliativas coerente com o entendimento de educação escolar como formação humana.

Sugeriu-se que a compreensão das condições das infâncias interroge a Pedagogia em seus métodos e organização de tempos, espaços e ambientes educativos. Assim, no retorno às aulas presenciais ou no ensino híbrido, indicamos, por exemplo, que sejam priorizadas experiências culturais e artísticas que enriqueçam a experiência estética das crianças, oportunizando o acesso a bens culturais.

Sugeriu-se a construção de novos ambientes abertos de interações e aprendizagens que extrapolem a sala de aula por meio do uso de espaços externos da própria escola e da vizinhança. Esta estratégia pode, além do aspecto sanitário, contribuir para uma inserção mais efetiva da escola na comunidade com repercussões no processo de ensino e aprendizagem e de sociabilidade das crianças.

Recomendou-se, ainda, que as professoras (es) tenham espaços e tempos, dentro da carga horária, para participarem das decisões pedagógicas e das mudanças necessárias para o retorno com segurança de adultos e crianças.

As crianças expressaram em suas falas não apenas um conhecimento sobre a pandemia, suas causas e consequências, mas também da responsabilidade coletiva necessária para seu enfrentamento.

Nos seus discursos, afirmaram a defesa do isolamento social e das medidas de proteção, diante da necessidade do cuidado com o outro, especialmente os idosos. Ao mesmo tempo, destacaram a preocupação com a piora das condições de vida de grupos fragilizados e a necessidade de medidas de proteção. O cuidado de si e do outro esteve fortemente presente nas reflexões das crianças como um imperativo ético.

Recomendou-se que a escola se fortaleça como espaço de aprendizagem não apenas de conteúdos, mas de uma ética fundada na valorização do cuidado e do respeito mútuo; e que tanto no Ensino Regular e ensino híbrido quanto no retorno às aulas presenciais sejam fortalecidas atividades e desenvolvidos saberes fundados na cooperação coletiva e não na competição individualista.

A formação da cidadania ocorre através de seu exercício, numa escola que se afirme como espaço da vida coletiva.

Todas as falas e dados foram transcritos do Relatório e cremos que esta mesma ação deverá reverberar em todos os cantos da nossa imensa Minas Gerais a fim de que dados sejam levantados e ações tomadas, para que não seja causado ainda mais prejuízo àqueles que devem ser protegidos por todos (as), a saber “as crianças e jovens estudantes”.

## **REFERÊNCIAS**

SILVA, I. de O; LUZ, I. R. da; CARVALHO, L.D. **Infância e pandemia na Região Metropolitana de Belo Horizonte: primeiras análises**/Isabel de Oliveira e Silva, Iza Rodrigues da Luz e Leovindo Diniz Carvalho. Belo Horizonte: UFMG/FAE/NEPEI, 2021. Disponível em: <https://www.infanciaemtemposdepandemia.com.br>.

SOARES, N. F. Investigação participativa no grupo social da infância. **Currículo sem Fronteira**. 2006, página 27.